

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXII

Florianópolis, 21 de novembro de 1955

NÚMERO 5.495

GOVÊRNO DO ESTADO

LEI N. 1.367, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1955

Cria cargos no Quadro Único do Estado

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam criados, no Quadro Único do Estado: um cargo isolado, de provimento em comissão, de diretor, padrão "Z"; um cargo isolado, de provimento efetivo, de Radiologista, padrão "R"; um cargo isolado, de provimento efetivo, de Anestesiologista, padrão "M", a serem lotados na Maternidade da cidade de Itajaí.

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, o crédito especial necessário à execução da presente Lei:

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social, assim a faça executar.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 16 de novembro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto
Celso Ramos Branco
Júlio Coelho de Souza
Aroldo Carneiro de Carvalho
Victor Antônio Peluso Júnior
Pelágio Parigot de Souza

Publicada a presente Lei na Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social, aos dezesseis dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e cinco.
Nerina Momm Corte, Auxiliar de Secretaria, padrão "S"

LEI N. 1.373, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1955

Cria cargo no Quadro Único do Estado

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica criado, no Quadro Único do Estado, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Administrador, padrão P, do serviço de Esgoto da cidade de Lajes.

Art. 2º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, o crédito necessário à execução desta Lei.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Viação e Obras Públicas assim a faça executar.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 16 de novembro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Aroldo Carneiro de Carvalho
Celso Ramos Branco
Júlio Coelho de Souza
Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto
Victor Antônio Peluso Júnior
Pelágio Parigot de Souza

Publicada a presente Lei na Secretaria de Viação e Obras Públicas, aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.
Walter F. Piazza, diretor.

LEI N. 1.392, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

Cria cargo no Quadro Único do Estado

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica criado um cargo de Consultor Jurídico, padrão "Y", no Quadro Único do Estado, de provimento efetivo, que será lotado na Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único — O Consultor Jurídico da Secretaria da Viação e Obras Públicas será, também, o Procurador Judicial do Departamento de Estradas de Rodagem, na conformidade do disposto no art. 33, do decreto-lei n. 217, de 12 de setembro de 1946.

Art. 2º — É autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito necessário à execução da presente Lei.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria da Viação e Obras Públicas assim a faça executar.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de novembro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Aroldo Carneiro de Carvalho
Celso Ramos Branco
Júlio Coelho de Souza
Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto
Victor Antônio Peluso Júnior
Pelágio Parigot de Souza

Publicada a presente Lei na Secretaria da Viação e Obras Públicas, aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Walter Fernando Piazza, Diretor.

LEI N. 1.394, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1955

Cria o 3º Tabelionato de Notas e 2º Ofício de Protestos da Capital, e anexa à nova serventia o Registro de Imóveis do sub-distrito da Trindade.

O Governador do Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado, que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam criados, na comarca de Florianópolis, o 3º Tabelionato de Notas e 2º Ofício de Protestos.

Parágrafo único — É incorporado à Serventia de que trata este artigo, o Ofício de Registro de Imóveis do sub-distrito da Trindade, desanexado do 2º Tabelionato de Notas da Capital.

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria do Interior e Justiça assim a faça executar.
Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de novembro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Celso Ramos Branco
Júlio Coelho de Souza
Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto
Aroldo Carneiro de Carvalho
Victor Antônio Peluso Júnior
Pelágio Parigot de Souza

Publicada a presente Lei na Secretaria do Interior e Justiça, aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Antonietta de Medeiros Vieira, Diretor substituto.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 644

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

DECRETA:

Artigo único — É fixada a data de 26 do corrente, para a instalação do município de "Braço do Norte", a que se refere a Lei n. 231, de 22 de outubro de 1955, da Assembleia Legislativa.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 14 de novembro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Celso Ramos Branco

DECRETO N. 841

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

DECRETA:

Art. 1º — Cessa o desdobramento da Escola isolada de Rio Corujas, distrito do Braço do Norte, município de Tubarão, a contar de 31 de agosto de 1955.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 22 de setembro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto

DECRETO N. 856

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

DECRETA:

Art. 1º — Fica desdobrada no ano letivo de 1955, a Escola isolada de Linha Planalto, distrito e município de Concórdia.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 26 de outubro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto

DECRETO N. 966

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da Lei n. 1.157, de 12 de novembro de 1954,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o crédito de treze mil cruzados (13.000,00), suplementar à seguinte verba:

86 — Diretoria da Produção Vegetal

Verba 86-2-068

Cr\$ 13.000,00

As assinaturas do "DIÁRIO OFICIAL" poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares	Cr\$ 100,00
Funcionários	Cr\$ 80,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço, a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida. Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

PAULO HENRIQUE BLASI
DIRETOR

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138

Serão aceitos para publicação, somente originais datilografados e autenticados, ressalvadas por quem de

creito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem.

A comunicação do preço é feita po

telegrama, somente sendo levado a publicação, após haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade, seja entregue, com um dia de antecedência.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo, até cinco dias depois da saída do jornal.

NOTICIÁRIO

O senhor Governador Irineu Bornhausen recebeu do novo Ministro da Justiça, dr. Menezes Pimentel, no dia 11 do corrente, o seguinte telegrama: "Tenho a honra de comunicar a v. excia. que em cumprimento a uma deliberação aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal assumiu hoje a presidência da República o dr. Nereu Ramos Vice-pte. da Câmara Alta do Parlamento Nacional de s. excia. pte. Nereu Ramos está no firme propósito fiel a sua tradição política de assegurar a paz a todos os espíritos sem distinção e tranquilidade a todos os lares grande família brasileira assim sinceramente se empenhará todo devotamento a estabelecer um clima mútua compreensão entre forças políticas representativas opinião nacional. Ats. Sds. Menezes Pimentel/Ministro Justiça".

O senhor Governador do Estado respondeu a esse despacho, com o seguinte: "Tenho a honra de acusar o recebimento do telegrama no qual v. excia. me transmite a deliberação, aprovada pela Câmara Federal e Senado Federal, em virtude da qual assumiu a presidência da República o dr. Nereu Ramos, vice-presidente da Câmara Alta do Parlamento Nacional. Atenciosas saudações. Irineu Bornhausen, Governador do Estado".

Telegramas recebidos pelo dr. Jorge Lacerda, de congratulações pela sua eleição:

De Braço do Norte — Otto Sampaio Corrêa, presidente do Diretório da UDN; José Waterkemper, João Effting, Adolfo Bruning, escrivão de Rio Fortuna; Padre Ludgero Waterkemper, Roberto João Tenfen, Antônio Buss, José Borinicy, Gregório Roecker, Antônio Heidmann, Olga Horn Arruda, inspetora escolar; José Estevão Arruda, José Martins e Satorio Vitorino Soares.

De Jaguaruna — Roberto Caruso Mac Donald, Gumerindo Goulart, Creso Tavares, Maria Teresinha Canto, diretora substituta do Grupo Escolar e Aristeu Avila.

De Ituporanga — Max Probst, Hugo Haverroth, Levi Cunha, Válio Colação de Oliveira, Frederico Probst, Gilberto Filippi, Lauro Mello, Helmut Koehler, Toni Blofield, Osmar José Filippi, Henrique Ramos da Luz, Guido Costa, Pedro Júlio Müller, Leonel Thiesen Bauer, Arnaldo Schappo, Osvaldo Jaehrig, Rodolfo Egerland, Rudolfo Ern, Júlio Kurzhals, Querino Filippi, Alfredo Jaensch, Waldemiro Batista Franca, Emiliano Sá, Osni Rosa, Alcides Filippi, Lindolfo Felber, Miro Scharf, Léo Müller, Paulo Michels, Paulo Mohr, Max Probst, Bertoldo Celariarius, Nereu Souza, Frederico Probst, Cesar Goss, Emílio Altenburg, Frida e Victor Bhur, Abdon Pereira Liz, Coletor Estadual; Amália Zanini Linhares, diretora G. Escolar "Monte Alverne"; Argemiro Melo Guimarães, supente Delegado de Polícia; Gotti Graht e família e Joaquim de Oliveira Sobrinho e senhora.

De Itapiranga — Willibaldo Schoeller,

Lino Ornan, Roberto Lauchner, e Ervino Schainech.

De Biguaçu — João Brasil Azevedo e Padres Rodolfo e Albano.

De Itá (Seára) — Francisco Hall, presidente do Diretório da UDN; dr. Aldo Ivo Stumph e Adolfo Hugo Geisler, secretário do Diretório da UDN.

De Ibirama — Benjamim Chiminelli, escrivão; Francisco Polidoro, juiz de Paz; e Luiza Chiminelli, Agente Postal.

De Langa (Pôrto União) — Alfredo Hoepers.

De Igará (Criciúma) — Antônio Colaneti, Silvino De Luca, Edu Paladini, Djalma Searavaco, Obrandino Manoel dos Santos, José Realino, Emílio Nesi, Evaristo Piazza e Manoel Vicente Pereira.

De Dionísio Cerqueira — Heitor L. Angeli, Helió Wasum, Prefeito Municipal.

De Guardas (Tubarão) — Hildo Corrêa e família.

De Araquari — Waldemiro Souza, Iraci Souza, Elyria Leite, Sabina Cardoso, Maria Nunes, Nice Moreira, Norma Nunes, Teodora Tomaselli, Isolate Duarte Angelina Silva, Maria Pereira, Catarina Nascimento, Maria Silva, Astrogilda Santos, Maria Corrêa, Gilda Santos, Maria Soares, Maria Carvalho, Maria Pinheiro, Neusa Taiaid, Ana Schaeffer, Maria Mira Violeta Costa, Maria Alves, Maria José Neves, Zaira Neves, Augusta Lima, Maria Silveira, Alair Souza, Maria Lima, Zelma Neves e Lucilla Gorresen Toretto.

De Indaial — Jorge Barroso, João Cândido da Silva, Alfredo Hardt, Alfredo Schroeder, Carlos Schroeder, S. A., Indústria e Comércio, Walter Hering, presidente do Schroeder, Walter Hering, presidente

do Diretório da UDN; Lúcio Theiss, presidente do Diretório do PRP; João Hennings Filho, presidente da Câmara Municipal; Nicolau Bona, presidente do Diretório do PDC; Luiz Cipriano, Delegado de Polícia; Oslim de Souza Costa, Arthur Dagnoni, João Curt Stroeck, Getúlio Depim, José Machado Júnior e Germano Tambosi.

De Lauro Müller — Venício Campos, vereador da UDN; Walter Holthausen, Plínio Benício e João Corrêa Bittencourt.

De Imarú — Halley Capanema, presidente da UDN; Antônio Manoel Farias, presidente PSP; Paulo Custódio Silveira, Coletor Estadual e Divo Candemil.

De Henrique Lage — Domingos Costa, Venâncio Medeiros e esposa, Romeu Pires, Angelo Fernandes, Nivaldo Lentz, José Prudêncio, Ney Pôrto e Diretório da UDN.

De Chapéu — Onório Romano Alberti, Antônio Bento Miranda, Walter Cezino Emerim, Pedro Honório do Nascimento, Pedro Jesuino dos Santos, Adelino da Silva e Oli Vicari, sargentos da 4ª Cia, Isolada; Vitorio José Alberti, Alexandre Antoniloli, Avio Bittencourt Ribas, presidente do Diretório da UDN de Xaxim e Pedro Silva Maciel, presidente de Honra UDN.

De Mafrá — Francisco Pasternak, José Novack, Aleixo Ierack, Irmãos Landovsky Ltda, Casemiro Koppela, Ladislau Novack, Universido Pinotti, Alberto Rodrigues Silva, José Gosrki, Francisco Stoltz, Afonso Pieozarka, Francisco Sierracki, Gilberto Bueno, Franco Napoleão Samangorzewky, Carlos Busa, Pedro Kowarzuk, Ludovico Bartiniak, José Bineck, José Ildoski, Valentim Novacki, Vitor de Andreajski, Venceslau Andreajski, Bronislau Nienkiewz e Hugo von Linsingen, gerente da Rádio Rio Negro; Victor Detsch, Nivaldo Werner, Reinaldo Flemming, dr. Frederico Kiefer, diretor Hosp. São Vicente de Paula; Mário Saporiti, Carlos von Linsingen Júnior, secretário PRP; Ayres Rauen, presidente Diretório UDN e Paulo Mendonça.

De Pôrto União — Protástio Xavier Oliveira, Jornal "O Comércio"; Waldemiro Palhares, dr. Helly Souza, Ramiro Emerenciano, presidente Diretório UDN; João Madureira, vice-presidente Diretório UDN; Décio Ferreira Gringo, secretário Diretório UDN; Avelly Alves, sub-tenente radiotelegrafista P. M.; Joaquim Domit e Válio Oliveira.

De Rio do Sul — Válio Oliveira, Alberto Müller, Oswaldo Wehmuth e família, Albertina Albino, Jacintho Lima e senhora, José Bonifácio Cunha e família, João Fobeci, Pastor Hermann Stoer, Dionísio Pisa, Frederico Lindeneir e família, Carlos Colloço, Dionísio Pisa, presidente Associação Profissional Extrat. de Madeiras; Ernesto Gazziero, José Serafim Steil, comerciante; Osni Gomes; Luzia Rodrigues, professores; Sergílio Mar-

celino, Luiz Demarch, Carlos F. Schneider, presidente Diretório UDN; Mozart Mello, secretário Diretório UDN; Luiz Santos Aché, fiscal de Armas; Tenente Nogueira de Castro e família, Nilo Borghesi, inspetor escolar; Funcionários Prefeitura: Manoel José Teixeira, William Christen, Ivo Luiz Knoll, Aparecida Aruda, Pedro Bornhausen, Eduviges Silva, João Conrado Martins, Alcino Carvalho, Mário Dalponte, João T. Schumi, Antônio Gustaldi, Roberto Wagner, Walter Martins, Nicácio Silva, Napoleão Tschumi, Edgar Piazeria e Alpheu Pamplona; Irmã Daura, superiora Hospital São Roque; Arnaldo Fiamoncini, Frei Humberto, Hercílio Fiamoncini, fiscal; e Domingos de Toffel.

De Timbó — Alcides Barth, Gelindo Fiamoncini, Antônio Nones, Domingo Vicente, Luiz Giacomozi, Amadeu Müller, Artibiano Moser, Palermo Moser, Antônio Cas Grande, Vergílio Delpin, Alcides Barth, presidente Diretório Distrital de Dr. Pedrinho; Armando Lenzi, Arthur Buzzi, Inspetor Escolar de Rodeio; Mário Lenzi e Fabiano Paterno, secretário Diretório PRP.

De Taió — Walter Schmitz, Prefeito Municipal; Frederico Luersem e Irmãos; e Ivone Schoroeder Rogge, escrivão de Paz.

De Piratuba — Otto Luiz Rogge, presidente Diretório UDN; Mário Luiz Rogge, secretário geral Diretório UDN; João Leopoldo Hübert, Delegado de Polícia; Otávio Matzenbacher, juiz de Paz; Edelvino Hachmann, sub-tenente Delegado de Polícia e Dante De Patta, presidente do Diretório da UDN de Orleans.

De Orleans — Leonardo Nihues, presidente Coop. Mista S. Ludjoro Ltda.; Reinaldo Schlickmann e José Figueiró de Siqueira.

De Nova Trento — Pedro Piva Júnior e senhora, Fernando Frederico Becker e José Valentim Borgonovo.

De Santo Amaro — Julio Broering e família, Augusto Althoff e João Schmidt e família.

De São Bento — Luiz Guenther, Alfredo Diener, Carlos Ziperer Sobrinho, Wízel Kalhaff, Angelo Zanluga e Paulina Rudnick, agente postal de Frágosos.

De Presidente Getúlio — Curt Toeve, presidente do Diretório Municipal da UDN; dr. Fortunato Veleda Bernardes, Willy Rothemburg, Rodolfo Mass, Max Joenck, Arnoldo Schwartz, Willy Bowse, Oscar Hencher, Alíssio Godotti, Pedro Pereira Filho, Harry Buremann, Alfredo Trindade, Coletor; Antônio Buchle, Arnoldo Schwartz, Harold Schoenfelder, Benjamim Chimenelli, Antônio Carlos Buchke, Alcino Francisco da Costa, Willy Loppnow, Paulo Fey, Alvim Schartz, Luiz Rigo, Otto Laemmel, Francisco Steinsack, Erich Nagel, José Zinck, Curt Schmidt e Liene Tzelikis.

De P. Pretos — Elío Fauth e Luiz Balvedi.

De Cocal — Irmãs de Caridade e Waldemar Napolini e família.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 24 de outubro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Júlio Coelho de Souza

DECRETO N. 983

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 11 da Lei n. 1.362, de 29 de outubro de 1955,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, o crédito especial de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200.000,00), para atender despesas com a criação da Universidade de Santa Catarina, de conformidade com o estabelecido na Lei n. 1.362, de 29 de outubro de 1955.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 16 de outubro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Júlio Coelho de Souza

DECRETO N. 984

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da Lei, n. 1.157, de 12 de novembro de 1954,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, ao Poder Executivo, o crédito de setenta e seis mil cruzeiros (Cr\$ 76.000,00), suplementar às seguintes verbas:

05 — Gabinete do Governador

Verba 05-3-091	Cr\$ 60.000,00
Verba 05-4-194	Cr\$ 15.000,00

06 — Palácio do Governo
Verba 06-0-006 Cr\$ 1.000,00
Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 16 de outubro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Júlio Coelho de Souza

DECRETO N. 985

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da Lei n. 1.157, de 12 de novembro de 1954,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, a Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda, o crédito de dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00), suplementar à seguinte verba:

54 — Encargos Gerais do Estado

Verba 54-4-223 Cr\$ 10.000.000,00
Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 16 de outubro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Júlio Coelho de Souza

DECRETO N. 986

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da Lei n. 1.157, de 12 de novembro de 1954,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, a Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Justiça, o crédito de um mil setecentos e cinquenta e dois cruzeiros (1.752,00), suplementar à seguinte verba:

21 — Pessoal em Disponibilidade

Verba 21-0-006 Cr\$ 1.752,00
Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 16 de outubro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Júlio Coelho de Souza

DECRETO N. 987

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere o art. 5º, da Lei n. 1.157, de 12 de novembro de 1954,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto, por conta do excesso da arrecadação do corrente exercício, a Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda, o crédito de duzentos e sessenta e um cruzeiros (Cr\$ 261,00), suplementar à seguinte verba:

57 — Contadoria Geral do Estado

Verba 57-1-022 Cr\$ 261,00
Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 16 de outubro de 1955.

IRINEU BORNHAUSEN
Júlio Coelho de Souza

SECRETARIAS DE ESTADO

EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portaria de 30 de março de 1955

O SECRETARIO RESOLVE

Designar:

Oswaldina Zancanaro, para exercer a função de Tesoureira da Caixa Escolar "Vidal Ramos", do Grupo Escolar "Dr. Hermann Blumenau", da cidade de Rio do Sul.

Portarias de 31 de agosto, de 1955

O SECRETARIO RESOLVE

Admitir:

De acordo com a Lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 23,00, correndo a despesa por conta da dotação 35-1-036 do orçamento vigente:

Maria Belisária Hemkmaier para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor, na Escola isolada de Gabiroba, distrito e município de Bom Retiro, a contar de 26 de agosto de 1955.

Lealdina Lins para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor, na Escola isolada de Barbacena, distrito e município de Bom Retiro, a contar de 26 de agosto de 1955.

Portarias de 22 de setembro de 1955

O SECRETARIO RESOLVE

Admitir:

De acordo com a Lei n. 277, de 18 de julho de 1949:

A regente de ensino primário Arides Maria Prade para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor, no Grupo Escolar "Gustavo Capanema", município de Presidente Getúlio, a contar de 23 de agosto de 1955, com o salário diário de Cr\$ 27,00, correndo a despesa por conta da dotação 35-1-036 do orçamento vigente.

De acordo com a Lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 23,00, correndo a despesa por conta da dotação 35-1-036 do orçamento vigente:

Arvelina Coradeli para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor, na Escola isolada de Rio do Leste, distrito de Águas Brancas, município de Bom Retiro, a contar de 1º de março de 1955.

Inácio Nhues para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor, na Escola isolada de Rio Cachimbo, distrito de Águas Brancas, município de Bom Retiro.

Nasi Maria dos Santos para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor, na Escola isolada de Campo Novo, distrito e município de Bom Retiro, a contar de 1º de setembro de 1955.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

PARECER N. 2.908/55

Maria Aurora Garcia Neto, ocupante da função de Professor Complementarista, referência VII, com exercício no Grupo Escolar "Prof. Simplicio dos Santos", de São José do Cerrito, município de Lajes, requer aposentadoria.

2. Submetida à inspeção de saúde, constatou a Junta Médica do Centro de Saúde de Lajes, ser a requerente "portadora de 213, motivo pelo qual é julgada definitivamente incapacitada para o exercício de suas funções ou de qualquer função pública em geral".

3. Informa o Tesouro do Estado que "a requerente, d. Maria Aurora Garcia Neto, deverá ser aposentada com vencimentos proporcionais a 21 anos de serviços, de acordo com o item II, do artigo 197, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949".

4. Pelo deferimento, com o provento mensal de Cr\$ 785,40, inclusive o adicional de 10%.

S. S., em 13 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente e relator.

Aleides H. Ferreira.

Moacyr de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.909/55

Ennio Gorga Parrela, ocupante do cargo de Comissário de Menores, padrão K, do Quadro Único do Estado, requer aposentadoria.

2. Segundo informação de fls. conta o requerente mais de trinta anos de exercício.

3. Pelo deferimento, de acordo com o artigo 198, combinado com o artigo 199, item I, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, com o provento mensal de Cr\$ 1.900,00.

S. S., em 13 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Aleides H. Ferreira.

Moacyr de Oliveira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.910/55

José Ernestino dos Santos, Primeiro Sargento da Polícia Militar, requer contagem, pelo dobro, de um decênio de licença-prêmio, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada.

2. Segundo informação de fls., do Tenente-Coronel Chefe do Estado Maior da referida corporação, tem o petiçãoário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 3 de junho de 1940 a 3 de junho de 1950.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 13 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Aleides H. Ferreira.

Moacyr de Oliveira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.911/55

Antônio Manoel Setubal, Contra-Mestre da Imprensa Oficial, requer concessão do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o adicional a lhe concedido é de 4% sobre Cr\$ 2.250,00, ou de Cr\$ 90,00 mensais, a partir de 27 de abril de 1954.

3. Pelo deferimento, devendo a quantia de Cr\$ 732,00 ser relacionada para oportuno pagamento.

S. S., em 13 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Aleides H. Ferreira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.912/55

O Departamento Estadual de Geografia e Cartografia propõe seja rescindido o contrato de Sebastião de Souza Dias na função e Encarregado da máquina Heliográfica e o contrato do mesmo para a função de Mapoteleário, com o salário mensal de Cr\$ 1.650,00.

2. Nada temos a opor.

S. S., em 13 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente e relator.

Aleides H. Ferreira.

Moacyr de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.913/55

Raul Vicente Vieira, cabo da Polícia Militar, destacado em Ibirama, requer contagem, pelo dobro, de um período de licença-prêmio, para efeito de transferência para a Reserva Remunerada.

2. Segundo informação de fls. 2 v., do Tenente-Coronel Chefe do Estado Maior da referida corporação, tem o petiçãoário direito ao que pede, relativamente ao decênio compreendido entre 17 de setembro de 1942 e 17 de setembro de 1952.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 13 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Aleides H. Ferreira, relator.

Moacyr de Oliveira.

Hamilton J. Hildebrand.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.915/55

Maria Isabel Büchele Fernandes, aposentada no cargo da classe J, da carreira de Professor Normalista, requereu retificação do ato de sua aposentadoria e incorporação de gratificação de curso complementar.

2. O processado mereceu estudo por parte desta Comissão, que concluiu através do parecer 380/55, pelo deferimento do pedido, no que respeita à retificação do ato aposentatório. Não lhe foi reconhecido o direito de incorporação aos proventos da gratificação de curso complementar, por não contar com mais de dez anos de exercício ininterrupto na função gratificada.

3. Entretanto, antes mesmo do pronunciamento desta Comissão, já o decreto datado de 11/12/54, retificava os proventos da requerente para o correspondente à classe "J", pois que a reestruturação dos quadros de Professores Normalistas elevava para essa classe, todos os ocupantes da classe H. Isto, aliás, ficou reconhecido no próprio parecer 380/55.

As razões desta retificação são encontradas na Lei 922, de 15/9/53, e não como se referem as informações e o próprio requerente, na Lei 1.057, de 9 de junho de 1954. Esta última aumentou os inativos do Estado a partir de 1º de janeiro de 1954. Nesta data a requerente ainda pertencia a atividade, e como tal deveria ter sido contemplado com o aumento concedido pela Lei n. 922.

4. Como, porém, o ato de retificação somente foi publicado em 19/1/55 (D. O. 5.926), não pôde a requerente receber a diferença que fazia jus, a partir da data da sua aposentadoria, pois que para isto era necessário a abertura de crédito especial, por se tratar de despesa de exercício anterior.

5. Assim, em aditamento às conclusões do parecer 380/55, desta Comissão, somos pelo relacionamento da importância de Cr\$ 3.245,00, em favor da requerente, que constitui a diferença, a menos, verificada nos seus proventos, no período de fevereiro a dezembro de 1954.

S. S., em 13 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente.

Hamilton J. Hildebrand, relator.

Moacyr de Oliveira.

Aprovado.

(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.916/55

José Inocêncio dos Anjos, ocupante do cargo da classe H, da carreira de Guarda-Sanitário, do Quadro Único do Estado, requer remoção do Centro de Saúde de Blumenau para o Centro de Saúde desta capital.

2. Informa a direção do Departamento de Saúde Pública que

"para o Centro de Blumenau, onde está servindo o requerente, foi, por

ato recente, removido, a pedido, do Centro de Saúde de Joazeiro, o Guardas-Sanitário, classe II, Waldor Marques.

O desenvolvimento dos serviços do 1º distrito sanitário, sediado nesta capital, está a exigir maior número de Guarda-Sanitários. Assim, aquela unidade-sanitária não fica desfalcada de um Guarda-Sanitário e o Centro de Saúde desta capital se beneficia com mais um, para melhor atender os serviços de higiene da alimentação, policia-sanitária e vacinação.

3. Em face do exposto, opinamos pelo deferimento.

S. S., em 13 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Alcides H. Ferreira,
Moacyr de Oliveira,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.917/55

Benta Bernardino Bosco, professora diarista com exercício na escola de Bracinho, município de Guaramirim, requer equiparação a Professor Complementarista, a que se julga com direito.

2. Segundo informação de fls., a requerente é professora diarista desde 1º de março de 1952.

3. Não contava, portanto, na data da Lei n. 820, de 30 de janeiro de 1953, o tempo de serviço suficiente para fazer jus ao que pede.

4. Pelo indeferimento.
S. S., em 13 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.918/55

Jacob Aloysio Kroetz, professor diarista, com exercício na escola de Linha Beleza, município de Itapiranga, requer aumento de vencimentos, na base de 30%.

2. Não existindo lei que ampare a pretensão do requerente, opinamos pelo arquivamento do presente processo.

S. S., em 13 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacyr de Oliveira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.919/55

Natércia Batista, professora aposentada, requer aumento de proventos, baseada na lei n. 1.037, de 9 de junho de 1954.

2. Segundo informação de fls., a requerente foi aposentada no dia dois de setembro de 1954 e o aumento dos inativos atingiu somente aos que foram aposentados até 31 de dezembro de 1953.

3. Em face do exposto, opinamos pelo indeferimento.

S. S., em 13 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Alcides H. Ferreira, relator.
Moacyr de Oliveira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.920/55

Aizira Blumer Quint, ocupante do cargo da classe G, da carreira de Atendente, com exercício no Centro de Saúde de Itajaí, requer pagamento da gratificação nos termos do artigo 123, item II, da lei n. 249, de 12-1-949.

2. A situação da requerente não está enquadrada nos casos previstos pelo decreto 390, de 13-12-939 que instituiu uma gratificação adicional por trabalho de natureza especial.

Está, entretanto, a requerente gozando dos privilégios instituídos pela lei n. 435, de 11 de outubro de 1950, que estabeleceu regime especial de trabalho e de férias aos funcionários que manipulam Raios X e substâncias radioativas.

3. Nesta conformidade, nada há que deferir à requerente.
Pelo arquivamento.
S. S., em 13 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.

Alcides H. Ferreira,
Moacyr de Oliveira,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.921/55

José Leite, soldado da Polícia Militar, destacado em Herval d'Oeste, requer pagamento da quantia de Cr\$ 181,10, referente ao adicional do período de 2 de abril a 31 de dezembro de 1953.

2. Informa a Contadoria Geral do Estado que

"já foi relacionada em favor do requerente a importância de Cr\$ 381,10, proveniente do adicional, correspondente ao período de 2 de abril a 31 de dezembro de 1953".

3. Em face do exposto, opinamos pelo arquivamento.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.922/55

A Diretoria da Produção Animal propõe seja contratado Luiz Manoel Lopes Vieira na função de Auxiliar de Agrônomo, com o salário mensal de Cr\$ 1.900,00.

2. Foram apresentados os documentos exigidos por lei.

3. Nada temos a opor.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.923/55

A Diretoria da Produção Animal, juntando os documentos exigidos por lei, propõe seja contratado Ubirajara Bugre da Costa na função de Instrutor Agrícola, com o salário mensal de Cr\$ 3.500,00.

2. Nada temos a opor.

S. S., em 20 de setembro de 1955.

Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.924/55

Haroldo Vilela, filho de Alvaro José Vilela, falecido no dia 29 de junho p. findo, requer pagamento do funeral.

2. Dispõe o art. 1º, do Decreto-lei n. 1.045, de 11 de julho de 1944, que "a família do funcionário aposentado ou em disponibilidade, que falecer, será concedida, a título de funeral, a importância correspondente ao provento de um mês".

3. Segundo informa o Tesouro do Estado, tem o requerente direito a perceber a quantia de Cr\$ 1.806,50, a título de funeral.

4. Pelo deferimento.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.925/55

Maria Hamann, ocupante da função de Professor Complementarista, referência VII, com exercício na escola de Braço do Trombudo Central, distrito de Trombudo Central, município de Rio do Sul, requer aposentadoria.

2. Conta a requerente segundo informação de fls., 25 anos de exercício no magistério, computado, pelo dobro, dois períodos de licença-prêmio.

3. Pelo deferimento, de acordo com o art. 199, § 3º, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, com o provento mensal de Cr\$ 1.122,00.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente.
Hamilton J. Hildebrand, relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.926/55

Alba Maria Guimarães, ocupante da função de Auxiliar de Escritório, referência X, com exercício na Coletoria Estadual de Lajes, requer mudança de nome.

2. Segundo o documento de fls. 2, a requerente contraiu núpcias no dia 14 de abril último, passando a assinar-se Alba Maria Guimarães Guolio.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.927/55

Angelo Ribeiro, ocupante do cargo da classe P, da carreira de Insetor Escolar, do Quadro Único do Estado, lotado na 29ª Circunscrição Escolar sediada em Concórdia e com exercício no Departamento de Educação, requer concessão do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo cálculo procedido, o adicional a lhe ser concedida é de 4% sobre Cr\$ 2.900,00, ou de Cr\$ 116,00 mensais, a partir de 31 de agosto p. findo, data em que completou 14 anos e 183 dias de serviços prestados ao Estado.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.928/55

João Honório do Nascimento, ocupan-

te do cargo da classe I, da carreira, extinta, de Continuo, do Quadro Único do Estado, requer elevação da percentagem do adicional, de acordo com a Lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o seu adicional deverá ser elevado para 8% sobre Cr\$ 1.600,00, ou para Cr\$ 128,00 mensais, a partir de 1º de novembro de 1954.

3. Pelo deferimento, devendo a quantia de Cr\$ 128,00 do exercício de 1954, ser relacionada para oportuno pagamento.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

PARECER N. 2.929/55

Abílio Manoel Goulart, segundo sargento da Polícia Militar, requer elevação da percentagem do adicional, de acordo com a lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Segundo o cálculo procedido, o seu adicional deverá ser elevado para 8% sobre Cr\$ 1.900,00, ou para Cr\$ 152,00 mensais, a partir de 10 de agosto do corrente ano, em cuja data completou 19 anos e 183 dias de serviços prestados ao Estado.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 20 de setembro de 1955.
Dante De Patta, presidente e relator.
Moacyr de Oliveira,
Alcides H. Ferreira,
Hamilton J. Hildebrand,
Aprovado.
(a.) Irineu Bornhausen.

REPARTIÇÕES FEDERAIS E AUTARQUICAS

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSOES DOS INDUSTRIÁRIOS

DELEGACIA EM FLORIANÓPOLIS

Edital n. 9/55

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3º, do Decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados abaixo enumerados da decisão proferida pelo Conselho Fiscal do Instituto nos processos de benefício em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Superior de Previdência Social, caso não se conformem com a decisão:

- 1 — Campolino Manoel Inácio Filho, processo n. 1 600 897;
- 2 — Vitalino Ramos Santana, processo n. 1 602 009;
- 3 — Marcos Manoel Martins, processos ns. 1 613 085 e 1 614 377;
- 4 — Israel Maria Silvano, processo n. 1 693 969;
- 5 — Manoel Estanislau Francisco, processo n. 1 707 614 e 1 073 813.
- 6 — Bráulio Duarte Pereira, processo n. 1 602 394;
- 7 — João Manoel Porto, processo n. 1 614 403;
- 8 — Elzário José de Jesus, processo n. 1 613 072;
- 9 — Waldor Marcelino Borges, processo n. 1 600 894;
- 10 — Antônio Elias, processos ns. 1 613 203 e 1 614 322;
- 11 — José Hedefonso Eduardo Teixeira, processos ns. 1 707 614 e 1 073 813.

Florianópolis, 17 de novembro de 1955.
Cyro Belli Müller, Chefe do Serviço de Benefícios.
(3628)

Edital n. 10/55

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3º, do Decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados abaixo enumerados da decisão proferida nos processos de benefício em que são interessados, bem como de que têm o prazo de

30 dias para recorrer ao Conselho Fiscal do Instituto, caso não se conformem com a decisão:

- 1 — Lydio de Andrade, empregado da Diretoria de Obras Públicas, processo n. 1 072 225. Cessação em 310555: Confirmada.
- Florianópolis, 17 de novembro de 1955.
Cyro Belli Müller, Chefe do Serviço de Benefícios.

AGÊNCIA EM JOINVILLE

(3627)

Edital n. 5/55

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3º do Decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados e beneficiários abaixo enumerados da decisão proferida nos processos de benefícios em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Fiscal do Instituto, caso não se conformem com a decisão:

- 1 — Helena Scharp, empregada de Henrique Meyer & Cia., processo de benefício n. BI-3-1 613 986, cessação em 30-6-55. Confirmada.
- Joinville, 31 de outubro de 1955.
Walter Weisbecker, Agente.

(3626)

Edital n. 6/55

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3º do Decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados e beneficiários abaixo enumerados da decisão proferida nos processos de benefícios em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Fiscal do Instituto, caso não se conformem com a decisão:

- 1 — Maria José Cardoso, empregada de Sociedade Lavoura Ltda., processo de benefício n. BI-3-1 602 729, cessação em 15-7-55. Confirmada.
- 2 — Mapeel Raymundo Ribeiro, empregado da Cia. Técnica de Construções, processo de benefício n. BI-3-1 695 777, cessação em 31-8-55. Confirmada.

Joinville, 10 de novembro de 1955.
Walter Weinheber, Agente.

(3624)

Edital n. 7/55

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3º do Decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados e beneficiários abaixo enumerados da decisão proferida pelo Conselho Fiscal do Instituto nos processos de benefício em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Superior de Previdência Social, caso não se conformem com a decisão:

1 — Catarina Gonçalves, desempregada, processo de benefício n. BI-3-1 601 931. Indeferido.

2 — Edith Benke, empregada da Tecelagem Boa Vista, processo de benefício n. BI-3-1 602 789. Indeferido.

Joinville, 10 de novembro de 1955.

Walter Weinheber, Agente.

(3625)

AGÊNCIA EM BLUMENAU

Edital n. 1/55

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3º, do Decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados e beneficiários abaixo enumerados da decisão proferida pelo Conselho Fiscal do Instituto nos processos de benefício em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Superior de Previdência Social, caso não se conformem com a decisão:

1 — João de Souza e Silva, empregado da Soc. Ind. Blumenauense Ltda., processo n. B/1 601 055. Indeferimento homologado;

2 — Antônio Zoz, empregado de Brandes e Hahne Ltda., processo n. B/0 878 542. Indeferimento homologado;

3 — João P. Corrêa, empregado de Arnaldo Fischer, processo n. B/0 784 419.

Indeferimento homologado;

4 — Maria Mercedes de Souza, empregada da Tecelagem União S. A., processo n. B/0 878 866. Indeferimento homologado;

5 — João P. Corrêa, empregado de Arnaldo Fischer, processo n. B/0 878 838. Indeferimento homologado;

6 — Manoel da Cunha, empregado da Ind. de Art. de Metal Fama Ltda., processo n. B/0 878 564. Indeferimento homologado;

7 — José Donato Weber, empregado de Schwab e Pfiffer, processo n. B/1 601 014. Indeferimento homologado;

8 — Irma Lana, empregada da Ind. Têxtil Cia. Hering, processo n. B/1 071 941. Indeferimento homologado;

9 — Donilla Benvidinha Peixe, empregada da Fábrica de Art. Têxtil Artex S. A., processo n. B/1 072 382. Indeferimento homologado;

10 — Aurea Pinheiro, empregada de Rodolfo Kander S. A. Com. e Ind., processo n. B/0 878 547. Indeferimento homologado;

11 — Corina Cunha Martins, empregada da Fáb. de Art. Têxtil Artex S. A., processo n. B/1 601 053. Indeferimento homologado;

12 — Adenir Cândido dos Santos, empregada da Ind. Têxtil Cia. Hering, processo n. B/1 072 385. Indeferimento homologado;

13 — Carmem Costa, empregada de Hansen Irmãos, de Indaial, processo n. B/0 878 535. Indeferimento homologado;

14 — Ignez Machado, empregada de Hansen Irmãos, de Indaial, processo n. B/0 878 518. Indeferimento homologado;

15 — Elvira Carvalho, empregada da Exp. Catarinense de Fumos S. A., de Itimbó, processo n. B/0 784 437. Indeferimento homologado.

Blumenau, 9 de novembro de 1955.

Alexandre Gomes, Agente.

(3623)

PREFEITURAS MUNICIPAIS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

LEI N. 246

O Povo de Florianópolis, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica aprovado o Código Municipal de Florianópolis, que baixa com a presente Lei.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, 15 de novembro de 1955.

Osmar Cunha, Prefeito Municipal.
Gustavo Neves Filho, Secretário-Geral, em exercício.

Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração aos quinze dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Natércia Lemos Müller, diretor de administração, em exercício.

(3610)

LEI N. 247

O povo de Florianópolis, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam aumentados, a partir de 1º de janeiro de 1956, os vencimentos dos funcionários do Quadro Único do Município, dos extras, numerários, inativos e pensionistas, dentro das seguintes normas:

I — Até Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiro) em quarenta por cento;

II — Até Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) em quarenta por cento nos primeiros mil cruzeiros e em trinta por cento no restante;

III — Nos vencimentos até Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), o aumento obedecerá até Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a norma do item II e excedente será majorado em vinte por cento.

Art. 2º — Ficam criados os cargos de Administrador de Limpeza Públi-

ca e Administrador de Obras Públicas.

Art. 3º — Os chefes de seção ficam reclassificados no padrão Y.

Parágrafo único — Equiparam-se aos chefes de seção os cargos ou funções de Administrador Geral dos Cemitérios Públicos, Administrador Geral dos Serviços de Abastecimento Público, Almoxarife, Mecânico

Chefe, Lançador, Tesoureiro, Oficial de Gabinete, Administrador de Limpeza Pública e Administrador de Obras Públicas, Dentista, Farmacêutico, Laboratorista e Médico.

Art. 4º — O Pagador, Auxiliar de Lançador, o Apontador e o Estatístico ficam reclassificados nos padrões O, P, N, S respectivamente.

Art. 5º — Ficam reclassificados no padrão Z-2 os cargos de Diretores, Procurador e Contador.

Parágrafo único — O padrão Z-2 é fixado em Cr\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 6º — O Secretário Geral perceberá Cr\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 7º — Para a execução da presente Lei, fica o Executivo autorizado a abrir créditos especiais ou suplementares.

Art. 8º — Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1956, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Florianópolis, 15 de novembro de 1955.

Osmar Cunha, prefeito municipal.

Gustavo Neves Filho, secretário geral, em exercício.

Publicada a presente Lei na Diretoria de Administração, aos quinze dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Asbelina Dias Mourão, diretor de Administração.

(3612)

Portaria de 15 de novembro de 1955 O PREFEITO MUNICIPAL RESOLVE Designar:

Natércia Lemos Müller, Chefe de Expediente e Pessoal, padrão V, do Quadro Único do Município, com exercício na Diretoria de Administração, para responder pelo expediente da Diretoria de Administração enquanto durar o impedimento da respectiva titular.

(3611)

Lançamento de Impostos sobre Indústria e Profissões e de Licença e Taxas relativas, sobre estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais

Estando se procedendo, nesta Prefeitura, ao lançamento dos impostos e taxas acima mencionados, referentes ao exercício de 1956, de acordo com o estabelecido pela Lei n. 245, de 15 do corrente (Código Municipal) ficam convidados todos os proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais, sujeitos ao registro de vendas e consignações, a apresentarem, a esta Diretoria, dentro do prazo de 10 dias, por escrito, o respectivo total de vendas realizadas entre 1º de julho de 1954 a 30 de junho de 1955.

No intuito de facilitar o serviço desta repartição, esta Diretoria espera a colaboração de todos os interessados, a fim de evitar que se processe o lançamento ex-offício, acrescido de multa de 20%, de acordo com a Lei citada.

Diretoria da Fazenda, 16 de novembro de 1955.

Reinaldo Alves, diretor.

(3-1)

(3613)

Edital

Com o presente, são convidados os abaixo relacionados, para dentro de 15 dias, a contar desta data, virem à Prefeitura prestar esclarecimentos, em assuntos nos quais são partes interessadas:

Número — Nome — Assunto
2.860-55 — Naevio José Amin — Transferência de terreno.
2.633-55 — Hercílio L. Filho (Osvaldo Ferreira de Melo) — Transferência de terreno.
2.704-55 — Dr. Pedro de Moura Ferro — Transferência de terreno.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

INDÚSTRIA DE MADEIRAS JANSSEN S. A.

Assembléia geral ordinária

CONVOCAÇÃO

Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 2 de janeiro de 1956, às 9 horas da manhã, no escritório da firma, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º) Aprovação do balanço e contas do exercício de 1955.

2º) Eleição da nova diretoria.

3º) Eleição do conselho fiscal.

4º) Assuntos de interesse social. Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 1955.

João Batista Rudolf, diretor-gerente.

(3-2)

(3616)

INDÚSTRIAS DAMO S. A.

Assembléia geral extraordinária

CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da firma Indústrias Damo S. A., convidados para a assembléia geral extraor-

2.634-55 — Hercílio L. Filho (Dr. Walmor Cardoso da Silva) — Transferência de terreno.

2.619-55 — Hercílio L. Filho (Dr. Mário do Larmo Cantício) — Transferência de terreno.

2.469-55 — Hercílio L. Filho (Derival José dos Reis) — Transferência de terreno.

2.467-55 — Hercílio L. Filho (Maurício dos Reis) — Transferência de terreno.

2.583-55 — Hercílio L. Filho (Nadir Ferrari) — Transferência de terreno.

1.469-55 — Odilon B. Vieira (Provincia Francisca da Imaculada Conceição do Brasil) — Transferência de terreno.

2.696-55 — Hercílio L. Filho (Antônio Matheus Krieger) — Guia.

2.786-55 — Hercílio L. Filho (Alzira Maria da Silva) — Guia.

2.824-55 — Acelon P. da Costa (João Alexandre da Costa e Maria Guilhermina Machado) — Guia.

2.669-55 — João M. Pacheco Jr. (Jairo Lisboa) — Guia.

2.712-55 — João M. Pacheco Jr. (Rosa Maria da Conceição Camargo Fernandes) — Guia.

2.792-55 — Helena Zimmer Fiedler — Demolição de casa de madeira.

2.702-55 — Maria Cherem Razinski — Desmembramento.

2.791-55 — Deodato João Silva — Const. de casa de madeira (2-B).

2.672-55 — Maria Faustina Pedra — Const. de casa de madeira (2-B).

2.196-55 — Osmar Sebastião Caetano — Const. de casa de madeira (A).

2.652-55 — Moellmann & Rau Ltda. — Const. de prédio.

1.404-55 — André Maykot — Isenção do imposto.

2.031-55 — Doralice Born Gonçalves — Pede pensão.

3.075-55 — André Maykot — Entrega de rua.

Certifico outrossim que, findo o prazo indicado, sem que sejam prestadas quaisquer informações por parte dos acima convocados, serão os respectivos processos arquivados, à vista do que dispõe o parágrafo único, do art. 44, da Lei n. 127, de 14 de janeiro de 1952.

Diretoria de Administração, em 14 de novembro de 1955.

Natércia Lemos Müller, chefe de seção do exp. e pessoal.

(3568)

finária, a realizar-se no dia 30 de novembro de 1955, às 14 horas, na sede social, com a seguinte

Ordem do dia

a) Aumento do capital social.

b) Reforma dos estatutos sociais.

c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Caçador, 10 de novembro de 1955.

Lúgido Dal Asta, diretor.

Nelsina E. Damo, diretora.

(3-2) (3615)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA H. JORDAN S. A.

Assembléia geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas da "Comércio e Indústria H. Jordan S. A.", para a assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 6 de dezembro de 1955, às 10 horas, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Aumento do capital social e consequente alteração dos estatutos.

2º — Assuntos de interesse geral.

Joinville, 18 de novembro de 1955.

Otto Jordan Sobrinho, diretor-superintendente.

Felino Jordan, diretor-comercial.

(3-1) (3634)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO I

Florianópolis, 21 de novembro de 1955

NÚMERO 128

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Portaria n. 35

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atendendo ao que lhe foi requerido, e de acordo com o art. 207 § 2º da Lei de Organização Judiciária, combinado com o art. 119, inciso I da Lei n. 198, de 13 de dezembro de 1954,

RESOLVE:

Conceder ao dr. Arthur Balsini, juiz de direito da comarca de Campos Novos, licença de 30 dias para tratamento de saúde, a partir de 13 do corrente.

Publique-se.

Florianópolis, 16 de novembro de 1955.

Guilherme Abry.

Edital n. 78

Faço público que, na sessão da Câmara Civil, desta data, foram distribuídos os seguintes feitos:

Apelação cível n. 3.956 de São Bento do Sul, apelante A Companhia M. Zipperer, Madeiras e apelado Herberto Tureck. Relator o exmo. sr. des. Osmundo Nóbrega.

Apelação cível n. 3.957 de Palhoça, apelantes Ewaldo Ephrem Prim e sua mulher e apelados Maria José da Silva e Alberto Neekel. Relator o exmo. sr. des. Alves Pedrosa.

Apelação de desquite n. 1.133 de Porto União, apelante o dr. juiz de direito e apelados Hercílio Martins e sua mulher Maria Justina Martins. Relator o exmo. sr. des. Arno Hoeschl.

Apelação cível n. 3.955 de Joaçaba, apelantes Rodolfo Rofner, Alberto Rofner e suas mulheres e apelada Maria Gunther. Relator o exmo. sr. des. Ivo Guilhon.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 17 de novembro de 1955.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário, em exercício.

Edital n. 3.235

De ordem do exmo. sr. des. presidente do Tribunal de Justiça, torno público, que de acordo com o § 4º do artigo 874, do Código de Processo Civil, será julgado no dia 23 de novembro, o seguinte processo:

Agravo n. 2.338 da comarca de Concórdia, em que é agravante a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda., e agravada a Prefeitura Municipal de Concórdia. Relator o sr. des. Alves Pedrosa.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 16 de novembro de 1955.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário em exercício.

Edital n. 3.236

De ordem do exmo. sr. des. presiden-

te do Conselho Disciplinar da Magistratura, torno público que na sessão de 16 do corrente, foram assinados os acordãos nos seguintes autos:

Reclamação n. 50 da comarca de Chapecó, em que é reclamante o dr. Roberto Machado e reclamado o dr. Mário Gonzaga Costa, juiz substituto da comarca. Relator o sr. des. Guilherme Abry, cuja conclusão é do teor seguinte: "Acordam, os juizes do Conselho Disciplinar da Magistratura, em determinar ao dr. juiz reclamado que processe, em separado e de acordo com o que dispõe o art. 100 do Código de Processo Penal, a exceção de suspeição a ele oposta pelo reclamante, no processo a que este responde por crime de Imprensa (art. 9, letras f e h, da lei 2.083 de 12-11-53), e não reconhecida, e a encaminhe para julgamento à Câmara Criminal; e em mandar instaurar, quanto aos demais fatos imputados ao reclamado, a competente correição".

Foram aprovados os relatórios ns. 9, 18, 21, 24, 27, 33 e 39 dos drs. Juizes de direito das comarcas de Blumenau (2ª Vara), Timbó, Ibirama, Biguaçu, Blumenau (1ª Vara), Jaraguá do Sul e Bom Retiro.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 17 de novembro de 1955.

Irene da Silva Pereira, 2ª sub-secretária, no impedimento do secretário, em exercício.

Edital n. 3.237

De ordem do exmo. sr. des. presidente da Câmara Civil, torno público que, de acordo com o § 4º do artigo 874 do Código de Processo Civil, serão julgados no dia 28 do corrente, os seguintes processos:

Agravo n. 2.405 da comarca de Blumenau, em que são agravantes e agravados Sul America Terrestres, Marítimos e Acidentes e Irma Letzow. Relator o sr. des. Osmundo Nóbrega.

Agravo n. 2.474 da comarca de Rio do Sul, em que é agravante Augusta Strej e agravado Oscar Biegling. Relator o sr. des. Alves Pedrosa.

Apelação cível n. 3.622 da comarca de São Joaquim, em que é apelante a Firma Exportadora de Pinho e Madeiras de Lei Ltda. Indústria e Comércio e apelado Francisco Matos de Souza. Relator o sr. des. Arno Hoeschl, revisores os sr. des. Ivo Guilhon e Osmundo Nóbrega.

Apelação cível n. 3.690 da comarca de Joaçaba, em que é apelante José Kuhn e apelado Narciso Florin. Relator o sr. des. Arno Hoeschl, revisores os sr. des. Ivo Guilhon e Osmundo Nóbrega.

Secretaria do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, aos 17 de novembro de 1955.

Nair Caldeira Gonzaga, secretário, em exercício.

está prejudicado, porquanto este Tribunal julgou válidas as votações das 15ª e da 16ª seções, confirmando a decisão da Junta.

Em face do exposto.

Acordam os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral, por votação unânime, declarar prejudicado o recurso.

Publique-se e comunique-se.

Florianópolis, 9 de novembro de 1955.

(Ass.) Osmundo Nóbrega, presidente, Henrique Stedieck, relator, Aldo Avila da Luz, Alves Pedrosa, Arno Hoeschl, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Abelardo da Silva Gomes.

Acórdão n. 3.549

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso n. 96, da 26ª Zona de Rio do Sul, em que é recorrente o delegado do Partido Social Democrático e recorrida a Junta Eleitoral daquela Zona.

Acordam, em Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, por unanimidade de votos em julgar prejudicado o pedido.

Assim decidem, porque tendo esse Tribunal decidido mandar computar definitivamente, os votos da 20ª e 27ª seções eleitorais daquela Zona, contra as quais o partido recorrente e o Partido Social Progressista tinham interposto recurso, não mais pela essa votação influir nos votos obtidos pelo pre-

feito eleito, para o município de Rio do Sul e por isso é de se julgar prejudicado o recurso.

Publique-se e comunique-se.

Florianópolis, 11 de novembro de 1955. (Ass.) Osmundo Nóbrega, presidente, Arno Hoeschl, relator, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Henrique Stedieck, Aldo Avila da Luz, Alves Pedrosa, Abelardo da Silva Gomes.

Acórdão n. 3.550

Vistos, etc.

A União Democrática Nacional interpôs recurso contra a decisão da Junta Eleitoral da 26ª Zona que anulou os votos contidos em uma sobrecarta da urna da 11ª seção.

O referido Partido, apresentou em sessão, oralmente e antes do julgamento, um pedido de desistência do recurso interposto.

Isto posto:

Acordam os juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, unanimemente, homologar a desistência do recurso para que produza os efeitos legais.

Publique-se.

Florianópolis, 11 de novembro de 1955.

(Ass.) Osmundo Nóbrega, presidente, Arno Hoeschl, relator, Adão Bernardes, Manoel Barbosa de Lacerda, Henrique Stedieck, Aldo Avila da Luz, Alves Pedrosa, Abelardo da Silva Gomes, Proc. Reg.

COMISSÃO APURADORA

Apuração realizada dia 18-11-1955

MUNICIPIOS APURADOS ATE HOJE: 66

(Final)

PARA GOVERNADOR

DISCRIMINAÇÃO	VOTOS APURADOS		
	Total anterior	Dia 18-11-1955	Total até hoje
Francisco B. Gallotti	168.501	911	169.412
Jorge Lacerda	172.152	396	172.548
Votos em branco	5.138	8	5.146
Votos nulos	4.260	75	4.335
Total dos votos	350.051	1.390	351.441

PARA VICE-GOVERNADOR

DISCRIMINAÇÃO	VOTOS APURADOS		
	Total anterior	Dia 18-11-1955	Total até hoje
José de Miranda Ramos	169.086	933	170.019
Heriberto Hülsen	169.500	350	169.850
Votos em branco	7.178	31	7.209
Votos nulos	4.287	76	4.363
Total dos votos	350.051	1.390	351.441

Florianópolis, 18 de novembro de 1955.

Des. Severino Nicomedes Alves Pedrosa
Presidente da Comissão Apuradora

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portaria de 16 de novembro de 1955

O PROCURADOR GERAL RESOLVE
Conceder licença:

A Max Paulo Baier, ocupante do cargo de Promotor Público, classe Y-1, da carreira do Ministério Público, do Quadro Único do Estado, comarca de Joaçaba, terceira entrância, 30 (trinta) dias, com vencimento integral, para tratamento de saúde.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

ACORDÃO N. 3.548

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso n. 100, vindos da 11ª Zona — Curitibaanos:

O Partido Social Democrático recorre da decisão contida na ata final da 11ª Zona, relativa à votação no cargo de prefeito do município de Curitibaanos. Alega que

o fato de haver recurso contra a apuração da 15ª e 16ª seções impede que a Junta Eleitoral compute os votos dessas seções. O recorrente não instruiu o processo. O exmo. juiz eleitoral, presidente da Junta, limitou-se a encaminhar o processo. O exmo. dr. Procurador opinou no sentido de estar prejudicado o recurso. De fato, o recurso

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO IX

Florianópolis, 21 de novembro de 1955

NUMERO 150

TERCEIRA LEGISLATURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

MESA

PRESIDENTE

BRAZ JOAQUIM ALVES

1º VICE-PRESIDENTE

ANTONIO GOMES DE ALMEIDA

2º VICE-PRESIDENTE

OLICE PEDRA DE CALDAS

1º SECRETARIO

LENOIR VARGAS FERREIRA

2º SECRETARIO

HEITOR DE ALENCAR GUIMARÃES

1º

SUPLENTE

ESTANISLAU ROMANOWSKI

JOSE DE MIRANDA RAMOS

LÍDERES PARTIDARIOS

P. S. D.

Líder: Osni Medeiros Régis.

U. D. N.

Líder: Laerte Ramos Vieira.

Vice-líder: Mário Orestes Brusa.

P. T. B.

Líder: João Colodel.

Vice-líder: Olice Pedra de Caldas.

P. D. C.

Líder: Rubens Nazareno Neves.

P. R. P.

Líder: Luiz de Souza.

Vice-líder: João Vicente Schneider.

P. S. P.

Líder: Leopoldo Olavo Erig.

LEI N. 232, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1955

Aprova termo aditivo de acordo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, faz saber que aprovou e decreta a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica aprovado o termo aditivo ao acordo celebrado em 6 de março de 1953, entre o Governo da União e o Estado de Santa Catarina, visando a articulação dos serviços de florestamento e proteção de matas no território do referido Estado.

Art. 2º — É do seguinte teor o termo aditivo a que se refere o artigo 1º: "Aos 27 dias do mês de abril de 1954, presentes na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e respectivo Ministro, sr. dr. João Cleofas, por parte do Governo da União, e o sr. Irineu Bornhausen, Governador do Estado de Santa Catarina, resolveram assinar o presente termo aditivo, modificando o parágrafo único da cláusula

primeira, e as cláusulas terceira e quarta, do já citado acordo, para o seguinte:

"Parágrafo único da cláusula primeira — A despesa decorrente do presente termo aditivo, na importância de Cr\$ 800.000,00, correrá no corrente exercício, por conta da Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação 3 — Serviços em Regime Especial de Financiamento, Subconsignação 01 — Acordos, 16) S. F. — 1) Fomento do Serviço de reflorestamento em colaboração com os Estados, Municípios e particulares, art. 4º, anexo 13, da Lei 2.135, de 14-12-1953 — a qual foi deduzida na escrituração do Serviço Florestal, para distribuição à Delegação Fiscal do Tesouro Nacional do Estado de Santa Catarina, e, nos anos vindouros, à conta dos créditos votados para tal fim."

"Cláusula terceira — Para execução do presente termo aditivo, além das dotações normais do Serviço Florestal, o Governo da União concorrerá com a cota anual de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

"Cláusula quarta — O Governo do Estado de Santa Catarina concorrerá, igualmente, com a cota anual de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros)."

Ficam em pleno vigor as demais cláusulas do acordo anterior já citado. E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, lavrou-se o presente termo aditivo, o qual, depois de lido e achado certo, vai assinado pelo

LEI N. 233, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1955

Fixa o subsídio e a representação do Governador do Estado, para o período 1956 — 1961.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina faz saber que aprovou e decreta a seguinte Lei:

Art. 1º — Os subsídios do Governador e do Vice-Governador do Estado de Santa Catarina, para o período de 1º de fevereiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, são fixados respectivamente, em vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25.000,00) e vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00) mensais.

Art. 2º — É fixada em cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) mensais a representação devida ao Governador ou a seu substituto, quando em exercício, para o período governamental referido no artigo anterior.

Art. 3º — A partir do ano de 1956, o Orçamento do Estado consignará as dotações necessárias ao atendimento das despesas decorrentes desta lei.

Art. 4º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 5 de novembro de 1955.

LEI N. 234 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1955.

Aprova lei municipal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina faz saber que aprovou e decreta a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica aprovada a lei municipal n. 1, de 16 de maio de 1955, oriunda da Câmara Municipal de Itapiranga, que criou o distrito de São João.

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 10 de novembro de 1955.

Braz Joaquim Alves, presidente.

pelas testemunhas Ayrton Vasconcelos, Antônio Martins dos Reis e por mim, Célio Braga, dactilógrafo classe F, com exercício na Seção de Execução, da Divisão do Orçamento, do Departamento de Administração, que o dactilografarei.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1954, (aa.) João Cleofas, Irineu Bornhausen, Ayrton Vasconcelos, Antônio Martins dos Reis e Célio Braga.

(Publicado no Diário Oficial da União, de 5-5-54, fls. 3.153).

Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 5 de novembro de 1955.

Braz Joaquim Alves, presidente.

LEI N. 235, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1955

Consolida disposições do Montepio dos funcionários públicos civis do Estado e dá outras providências.

O deputado Braz Joaquim Alves, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de conformidade com as atribuições que me são conferidas pelo art. 29, da Constituição do Estado, faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º — O art. 4º da Lei n. 369, de 15 de dezembro de 1949, que "consolida disposições legais do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina e dá outras providências," passa a ter a seguinte redação: "Art. 4º — São obrigados a inscreverem-se como contribuintes do Montepio:

I — os funcionários públicos estaduais, desde que ocupem cargo, de provimento efetivo, isolado ou de carreira, do Quadro Único do Estado;

II — os funcionários públicos municipais, desde que ocupem cargo de provimento efetivo, isolado ou de carreira, do Quadro Único do Município;

III — os oficiais e praças de pré, da Polícia Militar do Estado.

§ 1º — A obrigatoriedade, a que se refere este artigo, só atinge a funcionários, oficial ou praça de pré, com idade inferior a cinquenta (50) anos.

§ 2º — É excluída ainda da obrigatoriedade a que se refere este artigo, a pessoa que mantem condição de celibato, respeito à obrigação contrada para com a associação a que pertence.

§ 3º — A inscrição de funcionários municipais e praças de pré deverá ser precedida e dependerá de exame de saúde, por junta médica oficial."

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, 11 de novembro de 1955.

Braz Joaquim Alves, presidente.

PORTARIA N. 25/55

O deputado Braz Joaquim Alves, presidente da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1º — Classificar na Secretaria da Mesa, ficando à disposição do senhor deputado 2º Secretário, como encarregado dos apontamentos da ata, o oficial Legislativo Edgar Bonassiss da Silva.

2º — Classificar na diretoria do Expediente, (seção da Taquigrafia) o Reda-

tor de Debates Euclides dos Santos. Esta portaria entra em vigor na presente data.

Registre-se, cumpra-se, publique-se, Gabinete da presidência, em 12 de novembro de 1955.

Braz Joaquim Alves, presidente.

VETO PARCIAL A LEI N. 1.340

ESTADO DE SANTA CATARINA
Palácio do Governo em Florianópolis, 11 de agosto de 1955.

OF. N. 1.012.

Senhor presidente,

Tenho a honra de comunicar a vossa excelência que, no uso das atribuições que me concede o inciso XVIII do artigo 52, e com fundamento no § 1º do artigo 23, da Constituição Estadual, resolvi vetar, por inconstitucionais, as expressões "provimento em comissão", do projeto de Lei n. 1.348, de 5 do corrente.

Dispõe o artigo 27, III da Constituição Estadual:
"Compete exclusivamente ao Governador a iniciativa dos projetos de Lei sobre:

III — a criação e extinção de cargos e funções estaduais e fixação alteração dos respectivos estípidios".

"O poder de emendar é corolário do poder de iniciativa. A emenda, (diz Carré de Malberg) não é senão "uma nova iniciativa, que se injeta sobre uma iniciativa anterior".

"Se a emenda é "uma forma de iniciativa", um "corolário" de iniciativa, "o próprio direito de iniciativa", já se vê que, onde falta a competência para a iniciativa, falta "competência para emenda".

"Podia a Assembleia aprovar ou rejeitar o projeto. Afirma-se que era gravoso ao Estado, repelisse-o. Podia consertá-lo quanto à forma". (Ac. Supremo Tribunal Federal, Representação 164).

O projeto de Lei, que o Executivo encaminhou com a mensagem 569, de 12-5-55, à Assembleia, visava a criar um cargo isolado, no quadro de funcionários no Palácio, "de provimento efetivo".

A Assembleia, por lhe faltar competência constitucional, não podia, emendando o projeto, transformar o cargo, "de provimento efetivo" em provimento "em comissão".

Com este proceder, emendando o que não podia emendar, o Legislativo Catarinense, mais uma vez, invade a esfera de atribuição exclusiva do Governador, e fere, assim, o artigo 79, VII, letra b, da constituição Federal.

Reitero a vossa excelência protestos da mais alta estima e distinta consideração.

(a.) Irineu Bornhausen, GOVERNADOR.

Excelentíssimo senhor deputado Braz Joaquim Alves, Digníssimo presidente da Assembleia Legislativa — NESTA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

O veto, ora em apreciação, deu entrada ou foi comunicado no prazo legal, em data de 13 de agosto do corrente ano.

O art. 23, § 4, da Constituição Estadual, é claro e preciso quando diz que será submetido à uma só discussão no prazo de 30 dias.

O prazo, como é óbvio, já decorreu, e, assim sendo, nada há que considerar. Saka das Comissões, em 18 de outubro de 1955.

(a.) José de Miranda Ramos, relator
Aprovado por unanimidade.
Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1955.

(aa.) Osni Medeiros Régis, presidente da Comissão em exercício, Rubens Nazareno Neves, Geraldo Mariano Günther, Antônio Gomes de Almeida, João Estivalet Pires, Orlando Bertoli, Romen Sebastião Neves.
Arquive-se em face do parecer retro.

Florianópolis, 21 de outubro de 1955.

(a.) Braz Joaquim Alves, presidente,

94ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1955, ÀS 14 HORAS

PRESIDÊNCIA

SR. BRAZ JOAQUIM ALVES

SECRETARIA

SRS. LENOIR VARGAS FERREIRA
E HEITOR GUIMARÃES FILHO,
1º E 2º SECRETÁRIOS

Às 14 horas compareceram os seguintes senhores deputados:

- 1 — Alfredo Cherem
- 2 — Antônio Almeida
- 3 — Antônio Palma
- 4 — Braz Alves
- 5 — Benedito Carvalho
- 6 — Clodirio Moreira
- 7 — Epitácio Bittencourt
- 8 — Estanislau Romanowski
- 9 — Francisco M. de Souza
- 10 — Francisco Canziani
- 11 — Geraldo Günther
- 12 — Heitor Guimarães
- 13 — Ivô Silveira
- 14 — João Mac Donald
- 15 — Valério Gomes
- 16 — Estivalet Pires
- 17 — Bahia Bittencourt
- 18 — Miranda Ramos
- 19 — Waldomiro Silva
- 20 — Laerte Vieira
- 21 — Lauro Locks
- 22 — Lecian Slowinski
- 23 — Lenoir Vargas
- 24 — Leopoldo Erig
- 25 — Luiz de Souza
- 26 — Mário Olinger
- 27 — Olíce Caldas
- 28 — Orlando Bertoli
- 29 — Osni Régis
- 30 — Oscar da Nova
- 31 — Paulo Fontes
- 32 — Paulo Preis
- 33 — Sebastião Neves
- 34 — Rubens Nazareno
- 35 — Tupi Barreto
- 36 — Vicente Schneider
- 37 — Volney C. Oliveira
- 38 — Mário Brusa

O SR. PRESIDENTE — Está aberta a sessão.

Passa-se à leitura da ata.

(O sr. Heitor Guimarães, 2º secretário, procede à leitura da ata, da sessão anterior, aprova da sem restrições).

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à leitura do Expediente.

O sr. Lenoir Vargas, 1º secretário, procede à leitura do EXPEDIENTE

Ofícios:

n. 4 — da Assembléia Legislativa do Paraná, remetendo exemplar do Diário da Assembléia que contém discurso do dep. Júlio Xavier.

2/55/56 — do sr. Márcio Camargo Costa, 1º secretário do Grêmio Cultural Pe. Schraeder, comunicando posse da nova diretoria.

O SR. PRESIDENTE — Terminada a leitura do Expediente.

Sobre a mesa o seguinte requerimento:

“Sr. Presidente,

Requeremos, na forma regimental, sejam dispensados de publicação os projetos de lei nrs. 6, 7, 8, 60, 38, 94, 95, 99, e 101/55 (Redação Final) e sua consequente inclusão na Ordem do Dia dos trabalhos de hoje.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1955

a) Mário Brusa — presidente da comissão de redação de leis.”

(Pósto a votos o requerimento é aprovado.)

Livre a palavra na Hora do Expediente.

O sr. Volney C. Oliveira — Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o sr. deputado Volney C. Oliveira.

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — Sr. presidente e srs. deputados.

Confesso que hoje, pela manhã, após a leitura de um matutino que se edita nesta capital, sai de casa sobressaltado. É que, ontem, me recolhera cedo e quando acordei, lendo o noticiário de “O Estado”, de hoje, deparei com uma notícia de primeira página, reportando-se, sob o título de “Violências nesta Capital”, a um telegrama dirigido por s. excia. o sr. Prefeito desta capital, dr. Osmar Cunha, ao exmo. sr. presidente do Senado da República, dr. Nerêu Ramos.

Vou fazer a leitura do aludido despacho e em seguida tecerei alguns comentários sobre o mesmo.

“Dr. Nerêu Ramos

Presidente Senado Federal

Solicito vossência interferir junto presidência República e Ministério Justiça sentido ser colocada disposição esta Prefeitura força federal virtude falta absoluta garantia nossa população com residências nossos companheiros atacados sem qualquer providência Governo Estado pt Nossos correligionários esta capital vg Estreito vg Pantanal vg Trindade e outros distritos completamente desprotegidos vg culminando tais desordens esta noite com esfaqueamento por elementos desconhecidos em sua própria residência senhor Manoel Sebastião em Ponta das Canas pt Reina completa intranquilidade nesta capital estando companheiros aliados praticamente impedidos saírem tropelias sem sendo cometidas pt Caso nos seja negada tropa federal seremos forçados organizar população para defesa contra tamanha violência jamais registrada nesta capital sob vistas complacentes Secretaria Segurança Pública que nenhuma confiança inspira nosso povo pt Aguardando providências vossência cordialmente agradece.

(a.) Osmar Cunha, Prefeito Municipal.”

Ora, sr. presidente. É inacreditável que um Prefeito, bacharel em Ciências Econômicas, homem que presumivelmente deva ter entendimento das cousas e noção de responsabilidade, tenha dirigido ao sr. presidente do Senado da República, o telegrama vassado nos termos em que foi o aludido despacho. Primeiramente somos forçados a concluir que o sr. Prefeito Osmar Cunha ou é mentiroso ou é poltrão e medroso. Não há como fugir da alternativa — Primeiro: Todos sabemos que em Florianópolis reina absoluta calma; que todo cidadão está plenamente assegurado nos seus direitos; que não existe nenhuma perseguição policial ou perseguição oriunda do partido vitorioso. Todos nós sabemos e estamos seguros, certos, bem informados de que nenhum fato ocorreu de lamentável em Florianópolis que se possa, do mesmo, inferir à responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública. Antes de vir para esta Assembléia, tive o cuidado de conversar com o ilustre Secretário dr. Pelágio Parigot de Souza e s. excia. ficou estarecadíssimo com tamanha desenvoltura do Prefeito em dirigir um despacho telegráfico a uma alta autoridade, relatando fatos mentirosos, que não ocorreram, em ocasião alguma em Santa Catarina nesse período post-eleitoral. Certo estamos de que na Secretaria de Segurança está um homem conscio de suas responsabilidade e que saberá, a todo momento, reprimir excessos, partam eles de agremiações governistas ou oposicionistas. Mas, ao que parece, s. excia. o Prefeito, tem é medo. Está

receioso de que algum petulante o descaete, e por isso vem de denunciar fatos que, absolutamente, não ocorreram, S. excia., o Prefeito, está qual aquele personagem de Shakespeare, atemorizado com a própria sombra.

É o que está acontecendo com o sr. Osmar Cunha. Ainda causa espécie, o telegrama, porque o signatário é uma autoridade, conhecedora das leis, das normas do Direito Constitucional, e mesmo assim, não hesitou em pedir o envio de Força Federal para ficar à sua disposição, fazendo tal solicitação por intermédio do Presidente da mais alta Casa do Parlamento Nacional, Senador Nerêu Ramos, já agora — vamos dizer — para que as forças fiquem à sua disposição (dêle Prefeito) a fim de coibir abusos que não ocorreram em Santa Catarina, onde não existe esse decantado ambiente de intranquilidade, apontado na capital... Bem... o que se tem feito por aí, é muito natural, é a expansão de júbilo, de regosijo pela vitória alcançada, e essas manifestações, o Deputado Osni Régis, líder do P.S.D., nesta Casa, já as reconheceu justas, mesmo porque nós outros, no município de Laguna, onde fomos derrotados na Prefeitura com o nosso candidato, também sofremos o pipocar de fogos à frente de nossa residência e encaramos tudo muito esportivamente...

Agora, o que não nos é possível admitir, nem aceitar, é que o Prefeito Osmar, informado ante uma vitória que foi lícita, gloriosa, e que constitui a demonstração inequívoca do próprio povo em não querer a volta ao Governo daqueles que tanto infelicitaram Santa Catarina, queira barrar as expansões da incontida, alegria popular.

O Sr. Osni Régis — Queria declarar a V. Excía. que essa derrota que a Frente pretende ter infringido à Aliança, foi apenas para o Governo do Estado, porquanto, no setor federal a vitória, em nosso Estado, dos candidatos da Aliança, foi espetacular. E por isso não se deve falar em ataques pessoais.

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — Exatamente. É a demonstração inofismável de que o povo catarinense não tornar a ser conduzido por aqueles que o governaram na quadra anterior. Tanto aqui, Juscelino Kubistcheck e Jango Goulart, obtiveram uma votação espetacular e essa votação não foi acompanhada pelo candidato do P. S. D., a Governador do Estado. Se houvesse aquiescência do povo em permitir que se voltasse ao Governo anterior, aí então, a votação de Galotti seria proporcional ao número de sufrágios obtidos pelos candidatos Juscelino e Jango.

(Trocem-se apartes).

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — Mas, sr. presidente e srs. deputados, prossigo analisando o despacho hilariante do Prefeito Osmar Cunha, pedindo Forças Federais, a fim de ficarem à sua disposição, para coibir pretensos abusos e excessos que estariam ocorrendo em Florianópolis.

O sr. Sebastião Neves — O Prefeito Osmar Cunha, fez isso unicamente para angariar cartaz. Sabia ele que o Senador Nerêu Ramos, não ligaria a isso. Se s. excia., tivesse recorrido ao Ministério da Justiça, este haveria de mandar verificar através dos órgãos competentes e constataria a in verdade do alegado. Como v. excia. vê isto não passa de uma palhaçada do Prefeito.

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — V. Excía diz que é palhaçada.

O sr. Miranda Ramos — Eu quero contestar a expressão do nobre Dep. Sebastião Neves, porquanto nós nos encontramos dentro de um Poder do Estado e não podemos, de maneira alguma, estar usando termos como o que vem de usar s. excia., porquanto entendemos que todos nós estamos lutando pela democracia no Brasil e palhaçadas, só temos dentro de circo.

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — Sr. deputado Miranda Ramos, quero

dizer a v. excia., sem pretender defender a expressão usada pelo nobre colega Sebastião Neves, que não considero, o sr. Prefeito Osmar Cunha, ilustre Prefeito da Capital, palhaço. Agora, que o telegrama é uma pantomima, uma palhaçada, lá isso é. É uma puerilidade. O telegrama é mentiroso, o telegrama não expressa a realidade. Diz que estamos vivendo em ambiente de intranquilidade. Eu, que tenho parentes na ilha, fiquei até nervoso com o telegrama. Fiquei receioso e após telefonar para a Secretaria de Segurança e verifiquei que, não existe esse ambiente de intranquilidade. Fui procurar o ilustre Secretário de Segurança Pública, sr. Pelágio Parigot de Souza e conversei longamente com s. excia., que achou inacreditável o desatino do Prefeito em dirigindo esse despacho telegráfico ao Senador Nerêu Ramos. Apenas s. excia. o sr. Secretário de Segurança Pública, mostrou-me o telegrama dirigido pelo sr. Osmar Cunha, Prefeito da Capital, pedindo que se colocasse em Ribeirão, e se não me falha a memória, em Pantanal, uma escolta de cinco soldados para evitar que as manifestações de regosijo pela vitória, de Jorge Lacerda, pudessem degenerar em violências ou desentendimentos por vezes graves. Informou-me o sr. Secretário de Segurança Pública, que os casos que se vem registrando, são de rotina, são casos que a DOPS vem apurando de per si, com o competente inquérito policial.

O sr. Estivalet Pires — Vou usar da oportunidade, que se me oferece, muito embora esteja v. excia., fazendo “jogo de debates” entre os deputados coligados. Pergunto a v. excia., se uma facada constitui fato de rotina?

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — Exatamente, de pura rotina. V. excia., sr. Estivalet Pires, advogado brilhante que é, já deve ter funcionado no foro criminal, em defesa de constituinte que tivesse esfaqueado desafeto. Isto para mim é fato de pura rotina. A vítima, a que v. excia. alude não faleceu. O inquérito esta se processando. Não houve nenhum massacre coletivo para existir insegurança. Muito pior foi o que aconteceu em Guaramirim, quando um elemento da Caravana da Frente Democrática, o chofer do nosso veículo, foi esfaqueado pelo filho de um sicário pessedista. Foi assassinado covardemente. Mas, fatos isolados, como esses, nada representam de perigo para o coletividade.

O sr. Miranda Ramos — Isento de qualquer paixão partidária, desejo perguntar a v. excia., qual o julgamento, já que somos advogados, desse crime, quando, posteriormente, o povo de Guaramirim, através das urnas, se manifestou sobre o que de direito julgou o ocorrido.

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — O argumento de v. excia. implica em que, tendo o PSD ganho as eleições em Guaramirim, ao invés de terem morto um, deveriam ter morto vinte.

O sr. Miranda Ramos — Dentro do raciocínio de v. excia., e conforme a resposta que v. excia. deu ao nobre deputado Estivalet Pires, o meu raciocínio teve razão de ser.

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — Esse caso é completamente diferente.

O sr. Miranda Ramos — Por que?

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — São fatos completamente diversos não há comparação entre uma e outra ocorrência.

O sr. Miranda Ramos — O mesmo caso que v. excia. considerou de rotina.

O SR. VOLNEY C. OLIVEIRA — Considero-os rotineiros, excelência.

O sr. Miranda Ramos — V. excia., como eu, é advogado. Devemos considerar o crime em si, como um fato especial, um fato que se reveste de particularidades especiais. V. excia., considerando o aparte do nobre deputado Estivalet Pires, como um caso à parte, a única conclusão que podemos tirar, é que v. excia. quer tirar proveito do caso.

(Continua no próximo número)